



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Fundamentos.

A PERSPECTIVA DE “REATUALIZAÇÃO DO CONSERVADORISMO”: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E PERSPECTIVAS CRÍTICAS

Olegna de Souza Guedes¹

Resumo: O presente artigo é fruto de antigas e inconclusas reflexões sobre a perspectiva teórico-metodológica denominada por Netto (1996) de reatualização do conservadorismo. Considera-se, entretanto, pertinente retomá-las, neste contexto de apologia ao conservadorismo; porque ao situar o exercício profissional na esfera da relação entre o assistente social e usuário, ela dilui e dimensão política desta profissão; uma tendência que se afina com tal apologia.

Palavras-chave: Reatualização do conservadorismo, Ajuda psicossocial, Abordagem da compreensão, Fundamentos do serviço social.

Abstract: The present article is the fruit of old and inconclusive reflections on the theoretical-methodological perspective denominated by Netto (1996) of repolarization of conservatism. It is considered, however, pertinent to retake them, in this context of apology to conservatism; because when situating the professional exercise in the sphere of the relation between the social worker and user, it dilutes and political dimension of this profession; a trend that is refined by such apology.

Keywords: Reappraisal of conservatism, Psychosocial help, Understanding approach, Foundations of social work.

INTRODUÇÃO

Dentre as perspectivas teóricas do Serviço Social brasileiro identificadas por Netto (1996) na caracterização que faz sobre o que denomina de processo de Renovação do Serviço Social² no Brasil, está a que ele considera como “reatualização do conservadorismo”. Para o autor, é uma perspectiva na qual se postula por um novo suporte metodológico para o Serviço Social, a partir de reflexões que limitam a atuação profissional do assistente social à ajuda psicossocial. Uma limitação que, para o autor, era questionada e até ultrapassada pela perspectiva de modernização conservadora que a antecedeu e que com a qual ela pretendia estabelecer um debate crítico. Apesar desta limitação e da ênfase a aportes teóricos já questionados em reflexões teóricas sobre profissão, tais como a centralidade na ajuda e a tendência à valorização de uma

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual de Londrina. E-mail: <olegnasg@gmail.com>.

² Diz o autor: “Entendemos por renovação o conjunto de características novas, que no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições (...), procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de valorização teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (NETTO, 1996, p. 131).

das técnicas tradicionais incorporadas, sobretudo a partir do Serviço Social de Casos norte americano; tal perspectiva pretende se inserir no espaço profissional em que se apresentavam as reflexões que convergiam para a gênese de um processo ruptura com o Serviço Social tradicional. Para Netto (1996), embora seus argumentos colidissem com os que emergiam nesta perspectiva de ruptura que nascia naquele contexto, não a afrontavam diretamente; mas, ao contrário, diante dela, convergiam para evidenciar uma “postura discreta” e que mais convinha ao projeto que apresentavam.

Embora não haja impactos substanciais na produção teórica do serviço social, com relação às orientações propostas pelas reflexões das autoras que são expoentes desta perspectiva de “reatualização conservadora”, entendemos que aspectos socio-históricos que caracterizavam o período em que foram apresentadas para a categoria profissional dos assistentes sociais, final da década de 1970, evidenciam-se como contemporâneos.

Estamos diante de fatos empíricos que revelam uma agressiva moralização da vida social e que fortalecem, a passo largos, um cenário político que assola a defesa de direitos humanos ao trazer para cena pública, por exemplo, o binômio medo e segurança armada como uma face da apologia à ditadura militar. Muitas são as angústias e preocupações que repõem o necessário fortalecimento de sujeitos coletivos para enfrentamento desse movimento que caracteriza a atual conjuntura política do país. E, dentre as estratégias de enfrentamento, no âmbito de uma profissão, o Serviço Social, bem a partir da área de conhecimento a ela vinculada, ressalta-se a motivação para as reflexões apresentadas nesse artigo: o necessário enfrentamento do neoconservadorismo em reflexões sobre o exercício profissional dos assistentes sociais e que tende a repor, sobre diferentes formas, aspectos que confrontam o caráter ético e político desta profissão, na contemporaneidade. É com este propósito que apresentamos as reflexões que se seguem.

A ABORDAGEM DA COMPREENSÃO, A AJUDA PSICOSSOCIAL E CENTRALIDADE DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO SUJEITOS

Identificamos dois aspectos centrais nas reflexões apresentadas pelas principais autoras³ cujas análises convergem para a “reatualização do conservadorismo”: uma proposta de “abordagem da compreensão” e a ajuda (ou estudo) psicossocial. Para elas, esta abordagem levantava-se como contrária à tendência que tem como centralidade a

³ Dentre essas, destacam-se: Ana Augusta Almeida, Ana Maria Braz Pavão, Anésia Carvalho e Creusa Capalbo. Esta última, embora seja da área de filosofia, escreve sobre fenomenologia existencial para os assistentes sociais.

explicação da realidade. O contraponto que apresentavam a essa explicação fundamentava-se, sobretudo, na recorrência a temas da fenomenologia existencial⁴, apresentada por Capalbo (1985), como perspectiva filosófica que defende o necessário retorno às coisas nelas mesmas, sem “preconceitos ou pressupostos interpretativos (...) sem necessidades de intermediários de tipo demonstrativos” (Cabalbo, 1985, p.41); ou seja, um contraponto às tendências explicativas que deitam raízes na ciência positivista. Tal autora, pesquisadora da área de conhecimento da filosofia, defendia a pertinência da aproximação dos assistentes sociais a temas centrais da fenomenologia. Entendia que eles poderiam responder às necessidades teóricas do Serviço Social em seus propósitos de compreender o homem em sua estrutura universal de forma concomitante à possibilidade da experiência concreta do vivido.

As autoras defendiam que esta abordagem da compreensão, fundada na fenomenologia⁵, oferecia novos suportes teóricos para que os assistentes sociais pudessem compreender e interpretar adequadamente as necessidades da pessoa (o cliente), de forma a ajudá-las (os) a descobrir possibilidades de realização de seus propósitos humanos; sua centralidade era, portanto, a “valorização da pessoa”. Contudo, conjugavam esta aproximação à fenomenologia, com a recorrência a extratos de argumentos que advinham de reflexões de autores cujas teses confluem para existencialismo cristão, fundamentalmente, a um dentre esses autores: Emmanuel Mounier⁶. A partir desta conjugação, enfatizavam a importância e a valorização da pessoa como sujeito de transformação de sua própria realidade. E é na direção desta

⁴ As autoras recorrem ora extratos do pensamento de Husserl e a Merleau-Ponty, para ratificar a importância dos “temas da fenomenologia essencial”, sem sinalizar aspectos fundamentais demarcam peculiaridades lógicas e ontológicas que diferenciam e peculiarizam a contribuição filosófica desses autores.

⁵ Capalbo enfatiza que a fenomenologia é compreensiva e não explicativa, vinculando a compreensão a um conhecimento de ordem intuitiva e sintético, que busca a apreensão de um sentido, de “*um modo de aparecer que é próprio do objeto*” (CAPALBO, 1986:179). Ressalta que a compreensão visa à apreensão “*da totalidade dada e da significação global de uma forma ou de uma estrutura que nela mesma não pode ser decomposta*” (CAPALBO, 1986 p. 179) Faz-se necessário, para compreender, *fixar-me em algo*. Assim, a compreensão se faz por perspectivas que se dão na experiência da realidade que é vivida de forma diferente por diferentes sujeitos. A experiência se, portanto, no âmbito de uma história pessoal, vivida de forma singular, mas que tem uma estrutura essencial.

⁶ Emmanuel Mounier (...) nasceu em Grenoble em 1905 e faleceu em Chatenay-Malabry em 1950. Em 1950, fundou a revista “Esprit” e o movimento Sprit, engajando-se na política com o intuito de enfrentar a desordem social vigente. Criticava a institucionalização da Igreja Católica e influenciou, no Brasil, o movimento da JUC com propostas concretas de ação política. A primeira referência direta às suas reflexões no Serviço Social aparece no texto de Junqueira (1954), intitulado “Exigências Personalistas e as Organizações Internacionais Não governamentais” (GUEDES, 2005, p. 168).

suposta transformação que associavam a inscrição do exercício profissional como ajuda psicossocial traduzida, portanto, sobretudo como a valorização dos sujeitos (clientes).

Exemplar para evidenciar essa conjugação é a análise de Almeida, em “Possibilidades de Limites do Serviço Social” (1978). A autora destaca, na descrição dos aportes teóricos utilizados para subsidiar a proposta que apresenta, que a fenomenologia é um subsídio para estabelecer um contraponto às propostas de intervenção profissional que se fundamentam em princípios positivistas, sob o argumento de que estes devem ser superados, porque neles afirmam-se procedimentos profissionais pautados em “critérios de elegibilidade” e “controle da ajuda” para minorias homogêneas ou indivíduos desajustados. E, sobre a referência ao personalismo, a autora escreve que sua proposta se orienta por “hermenêutica da realidade pela teoria personalista do conhecimento, por uma fenomenologia existencial e por uma ética cristã motivante” (Almeida, 1978, p.11).

A autora considera que sua proposta subsidia os assistentes sociais para orientar suas ações a partir da reflexão da “história em sua significação profunda” (Almeida, 1978, p. 12) e para que possam formular proposições “amplas proposições sobre problemática humana, necessárias para a separação das dimensões de interioridade e exterioridade da pessoa” (Almeida, 1978, p. 12). Esta proposta de Almeida (1978), tal como as análises das autoras que se filiam a esta perspectiva de “reatualização conservadora”, converge para a afirmação do caráter interventivo do Serviço Social e com o propósito de associá-lo a uma dimensão metodológica, sem quaisquer análises sobre as requisições materiais que legitimam a inscrição desta profissão na divisão sócia técnica do trabalho e das demandas políticas que conformam sua legitimidade na sociabilidade burguesa; bem como dos projetos profissionais que se erigem a partir, ou em confronto, com tais demandas

Reiteramos que a centralidade na problemática humana, ou na pessoa, é unânime entre as autoras cujas reflexões se inserem na perspectiva que ora analisamos. Para Almeida (1977), a intervenção do assistente social, mesmo em suas diferentes definições, supõe, sempre, a compreensão do vínculo entre a pessoa e o contexto social. Para Pavão (1981) a atitude profissional não é uma mera aplicação de instrumentos e utilização técnica, mas é algo que advém de uma visão de homem e de mundo. E em artigo apresentado no Seminário de Sumaré (1978) sobre esta perspectiva, reafirma-se o caráter interventivo do serviço social e defende-se que a perspectiva temática a ser enfrentada por esta profissão é a: “pessoa em suas relações interpessoais e em suas confrontações com o ambiente, parte de uma visão de homem

e de mundo”. (CBCISS, 1978, p. 184). E, para refletir sobre este ponto de partida, apresentam-se, no artigo, as seguintes questões: “O que é ser em situação? O que é viver nesta sociedade? Como apreender o social através das pessoas? Como capacitar pessoas visando o social” (CBCISS, 1978, p. 184).

Defende-se uma idealizada transformação social atribuída à capacitação dos sujeitos sociais, para o que se requisita a associação do exercício profissional ao “conhecimento do ser no mundo” possível pela “abordagem da abordagem da compreensão que possibilitaria o “acesso ao vivido”; porque é necessário descrevê-lo, descobrir o seu sentido, caracterizar sua estrutura e estabelecer suas constâncias” (CBCISS, 1986, p. 185). A competência profissional do assistente social, nesta abordagem, é associada a um movimento no qual o assistente social “ se deve se dispor a alcançar um “conhecimento do ser” para o que, a priori, precisa desvencilhar de seus saberes e se disponibilizar ao “conhecimento do ser”; se dispõe a “ouvir, sentir com e perceber” (CBCISS, 1986, p. 185)”.

Associada a ajuda psicossocial, o caráter interventivo do trabalho do assistente social deve atentar-se ao aspecto relacional. Ou seja, no exercício profissional do assistente social ocorre uma relação na qual a “pessoa cliente revela para a pessoa assistente social aquilo que tem para um significado [e a] “pessoa assistente social aprofunda com a pessoa cliente, questionando sobre os conteúdos revelados, tentando clarear os horizontes, emergindo novos sentidos” (CBCISS 1986, p.186). Configura-se, portanto, como campo de “existência-dialógica”, no qual se dá a “aproximação da realidade e retorno à estrutura do vivido” (CBCISS, 1986, p. 186); o trabalho do profissional possibilitaria, portanto, a descoberta de um novo sentido para a vida, porque conduziria a conteúdos que se transformam em projetos e estes traduzem à “práxis humana”.

Na defesa de fundamentos para a orientação do exercício profissional dos assistentes sociais, duas dessas autoras enfatizam a importância do princípio da autodeterminação proposto inicialmente, nas reflexões do Pe. Felix Biestek e que se constitui como fundamento para o Serviço Social de Casos. Pavão, ao salientar este princípio como fundamento do trabalho do assistente social, remonta, claramente, ao caráter confessional que fundamentava, em grande parte, as reflexões que as primeiras assistentes sociais faziam de suas ações profissionais, ao afirmar, por exemplo, que esse princípio é um do “mandamentos da profissão” (PAVÃO, 1981, p. 73). Contudo, para a autora, suas reflexões são convergentes com essa “nova proposta” na qual se destaca a acuidade dos assistentes sociais em relação ao

“mundo da vida”, para o que, segundo a autora, tais profissionais podem contar com o aporte da fenomenologia que pode garantir, entre outros aspectos, a sustentação de valores intrínsecos às suas ações profissionais: “respeito à dignidade humana e capacidade de autodeterminação do homem” (Pavão, 1981, p.34). Estes estão, segundo Carvalho (1991, p. 12), entre os objetivos últimos da ação do assistente social; são valores que, para a autora, se colocam “ao nível de um conhecimento na primeira pessoa” (CARVALHO, 1991, p. 12).

Carvalho (1991) reitera que o Serviço Social deve considerar a pessoa e não uma reflexão sobre a pessoa. Deve voltar-se para a pessoa como sujeito principal da ação e refutar a possibilidade de um atendimento cuja centralidade esteja em fatores advindos da esfera reflexiva, como, por exemplo, os fatos sociais que têm como referência o “pensamento impessoal da ciência”. A autora se propõe a refletir sobre um dos instrumentos utilizados pelos assistentes sociais no cotidiano de suas ações, a entrevista, com aportes do ela denomina de método fenomenológico:

Distanciando-nos desta leitura científica, buscamos neste trabalho elaborar reflexões sobre alguns dos inúmeros aspectos ou dimensões de uma entrevista, em serviço social, inspirada em pensamento fenomenológico, cujo quadro de referência não é a explicação, mas a compreensão. A escolha de tal tema deveu-se, sobretudo, à importância evidenciada em nossa experiência de assistente social de uma atitude compreensiva e não explicativa. (CARVALHO, 1991, p. 12).

A esta centralidade das ações dos assistentes sociais na pessoa, as autoras destacam aspectos que interpretam como necessária ao exercício profissional dos assistentes sociais: o estudo e ajuda psicossocial. É por esta via que enfatizam a intersubjetividade como esfera na qual, ambos os sujeitos, assistente social e cliente, participam na investigação do “tema eleito e da construção de projetos de existência humana”(CBCISS 1986, p.185). A intersubjetividade revela-se, neste contexto, como possibilidade de conhecimento das singularidades humanas e, como tal, é considerada inerente a uma prática profissional que se dispõe a capacitar a pessoa.

A intersubjetividade revela-se, entre outros aspectos, na ação em que o assistente social e a ação de seu cliente são consideradas simultaneamente; o que para Carvalho (1991), é importante no decurso de uma entrevista que objetiva a desalienação. E para ela, este requer que o assistente social seja “presença no mundo e tomada de posição frente o mundo” (CARVALHO, 1991, p.72). Adverte que embora seja um sujeito ativo, o assistente social não pode desconsiderar que o cliente também o é, ainda que não o possa ser sem que seja forçado a uma atitude. É, sobretudo pela vida do diálogo, “um processo no qual assistente social e cliente realizam a experiência com todo o seu ser no contexto da história humana” (ALMEIDA, 1978, p.117), que os

assistentes sociais podem levar um sujeito social (cliente) a “descobrir a verdade” e encontrar o que dá sentido à vida.

Ao enfatizar a importância do diálogo, Almeida (1978) refere-se à apresentação de um possível modelo de atuação profissional em que não há transferência de conhecimentos, mas “uma experiência da investigação de uma verdade” (ALMEIDA, 1978, p.117). O diálogo vincula-se, portanto, à “experiência compartilhada” presidida pela “lógica da participação e comunhão” que se consolida a partir da colaboração na pesquisa e na descoberta. Por esta via, a autora conclui que diálogo, enquanto processo gerador de transformação social é um aspecto central na ajuda profissional. Através do diálogo são construídas reflexões sobre a necessária “abertura para o outro” necessária para a capacitação com vistas à possibilidade de transformar uma determinada realidade (CBSCISS, 1986). A transformação, nesta análise, é associada à relação entre consciência de si e a consciência crítica, entendendo-se a primeira como descoberta e a segunda como formação.

O diálogo aparece também nas reflexões de Pavão (1991) e é considerado por ela como essencial para a ação humana na realidade, a qual advém da atitude reflexiva e possibilita tanto a consciência de si próprio como a consciência crítica. Esta última supõe uma relação de horizontalidade, na qual dois sujeitos são postos em uma conquista: “a do mundo pelos sujeitos dialógicos” (CARVALHO, 1991, p. 63), que se respeitam. O diálogo é considerado, portanto, como desencadeador da própria ação humana e como algo que figura no momento de interação entre sujeito e objeto; algo que supõe uma relação de abertura ao outro, que possibilita um encontro que traz “algo novo” e permite que o homem venha a “engajar-se no seu próprio ser”. É destacado ainda que a ação profissional, mediatizada pelo diálogo, se caracteriza como uma ajuda que ocorre, como aludia Capalbo (1986), “numa relação mutuamente significativa”, porque resulta tanto de uma “intenção de ajuda” quanto da “necessidade de ser ajudado”.

Ao sinalizar estes aspectos que convergem para interpretar o serviço social como ajuda psicossocial e evidenciar a esfera relacional como fundante no processo de intervenção dos assistentes sociais, tais autoras, pretendem construir um contraponto ao cientificismo que demarca o Serviço Social Brasileiro, sobretudo, no período de 1964 o final da década de 1970. E reiteram nesse contraponto um movimento endógeno similar ao que caracteriza as reflexões que convergem para afirmar tal cientificismo. Na análise de Netto (1996), caracteriza-se como uma das perspectivas conservadoras funcionais às demandas técnicas e científicas postas para o Serviço Social no período

da autocracia burguesa e, portanto, não colidem com os valores que se erigem no bojo desta autocracia.

Ao contrário desse movimento endógeno, para Netto (2011), é possível analisar o Serviço Social apenas“(...) na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica do trabalho), constitua-se um espaço em que se possa mover práticas profissionais como as do assistente social” (NETTO, 2011, p.73). É a partir da análise do trabalho do assistentes social neste espaço que se torna possível afirmar que as ações dos profissionais, embora requisitadas por circunstâncias socio-históricas que ultrapassam a intenção de seus agentes, podem ser inscritas também por perspectivas construídas por estes agentes a partir de tais circunstâncias. A este respeito, Netto considera que tal profissão tem sua gênese associada a um duplo dinamismo:

[...] de uma parte, aquele que é deflagrado pelas demandas que lhes são socialmente colocadas; de outra, aquele que é viabilizado pelas suas reservas próprias de forças (teóricas e prático-sociais), aptas ou não para responder às requisições extrínsecas – e este é, enfim, o campo em que incide o seu sistema de saber. (NETTO, 2011, p.89).

Os primeiros assistentes sociais brasileiros postulavam, claramente, pela inscrição de suas ações profissionais no ideário de um capitalismo harmônico. Já na década de 1950 até a década de 1960, registram-se reflexões sobre o empenho dos profissionais a inscrever suas ações na defesa projeto político desenvolvimentista. E, em meados da década de 1970, registra-se no código de ética profissional dos assistentes sociais a defesa da autocracia burguesa:

“as exigências do bem comum legitimam (...) a ação disciplinadora do Estado, conferindo-lhe o direito de dispor sobre as atividade profissionais –formas de vinculação do homem à ordem social, expressões concretas de participação efetiva da sociedade”. (CFAS, 1975).

Não é possível eximir-se das implicações políticas inerentes ao trabalho dos assistentes sociais e associá-lo ao campo da ajuda psicossocial, como postulam os autores da perspectiva que ora analisamos. Assim como não é possível o Serviço Social a um conjunto de procedimento técnico científicos cujo domínio responderia as requisições postas para a profissionais pelo mercado de trabalho. Ao contrário destas identificações, no projeto ético político contemporâneo defende-se princípios éticos que convergem para a crítica de valores contrários à plena expansão dos indivíduos sociais e, portanto, que se relacionam com a defesa de projeto de sociedade sem dominação de classe, etnia de gênero.

A afirmação desse projeto ético político, na contemporaneidade, revela a superação das bases conservadoras que sustentavam reflexões teóricas que

convergem para afirmá-la a adesão dos assistentes sociais a um quadro de reformas e perspectivas políticas afinadas com a idealização da defesa de um possível capitalismo com justiça social. Contudo, estamos diante de alguns desafios. Dentre estes, destaca-se que a imersão do trabalho profissional na dimensão da interioridade, como propunha Almeida (1978), não está distante de aspectos que aparecem, na contemporaneidade, em reflexões sobre o trabalho do assistente social; a exemplo das que o associam à valorização da “a autoestima” e que tendem à reatualizar, ainda sobre a roupagem de defesa de direitos, a interpretação do exercício profissional como ajuda psicossocial. Por outro lado, a ênfase a aspectos empíricos da realidade, e aparentemente exteriores aos sujeitos sociais, pode identificar os encaminhamentos dos usuários das políticas viabilizadas pelos assistentes sociais como os aspectos fundantes do trabalho dos assistentes. São, contudo, encaminhamentos nos quais ampliação de liberdade dos indivíduos sociais, posta no primeiro e fundamental princípio do código de ética profissional dos assistentes sociais torna-se obscura.

O que se quer ressaltar é que a separação das dimensões interioridade e exterioridade; a ênfase na intersubjetividade; na dimensão da ajuda; na abordagem da compreensão podem ser reatualizadas em tendências técnico-operativas descoladas do referencial teórico metodológico fundado na teoria social crítica. O distanciamento dos fundamentos ontológicos do ser social, sem os quais se distancia da radicalidade do projeto ético político contemporâneo, pode levar os assistentes sociais, no cotidiano profissional a interpretar “casos” sem a necessária conexão entre a singularidade, particularidade e universalidade. E primeiro princípio do código de ética profissional dos assistentes sociais - “o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas a ela inerentes: autonomia, emancipação, e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS, 1993) - pode ser interpretado distante da radicalidade da direção política a ele inerente. Ou seja, pode ser associado ao princípio da autodeterminação que tende a enfatizar a responsabilidade dos usuários das políticas sociais pelas refrações nocivas da negação do acesso à socialização da riqueza socialmente produzida a que eles têm direito. Ao mesmo tempo, a centralidade das ações profissionais na idealizada potencialização dos sujeitos sociais atribui a eles a transformação de aspectos de uma realidade que os ultrapassa. Ainda assim, é associada aos contornos de uma suposta ajuda.

A abordagem da compreensão relacionada à ajuda psicossocial como aspecto fundamental no exercício profissional do assistente social desloca a análise da totalidade de aspectos da realidade social que aparecem no cotidiano profissional, muitas vezes, sob a forma de “casos”, para a centralidade nas relações entre o

assistente social e usuário sob a perspectiva de uma competência que ultrapassa o limites da atuação deste profissional. É na direção de sinalizar o necessário respeito a tais limites que a resolução CFESS 569 (2010) dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social e ratifica, entre outras, as seguintes competências e habilidades do/a assistente social:

Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; (...) identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social. (CFESS, 2010 a).

O debate sobre esta questão põe em evidência o afastamento do Serviço Social das “ações de caráter de teor psicologizante [que] marcaram os primórdios da profissão (...) e que a realização de terapias não integram nem a fundação teórica contemporânea da profissão e suas diretivas legais” (CFESS, 2010, b). Contudo a ofensiva conservadora que se erige, na contemporaneidade, e tem rebatimento diretos na gestão das políticas sociais tende a privilegiar espaços socioocupacionais que associam esse teor a orientações confessionais diversas. É na expectativa de levantar esses debates que sinalizamos, neste artigo, aspectos da perspectiva de reatualização do conservadorismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacar uma das evidências empíricas diante de crescentes e fragmentados fatos que nos invadem, cotidianamente, e enviesados por interesses midiáticos, é fundamental para entender aspectos de um movimento histórico. Contudo, sem delimitar uma dessas evidências, para analisá-la em sua totalidade, elas se tornam apenas coleções de manchetes de jornais e postagens fragmentados de uma resistência que não ultrapassa o mal estar coletivo e lamento entre pares. E, dentre estas, destaca-se, a tendência conservadora que assistimos na cena pública brasileira e que, certamente, perpassa o cotidiano das instituições nas quais trabalham os assistentes sociais.

Um dos aspectos do conservadorismo clássicos ressaltado por Nisbet (1987) e sistematizados por Scorsin Netto é a crítica à racionalidade. Ainda que a vertente de reatualização do conservadorismo não tenha centralidade de seus fundamentos teóricos centradas nessa crítica; ela traz a tona à possibilidade da valorização de aspectos que altruístas como centrais em relação à análise crítica da realidade social

que se constrói na relação entre a tríplice competência teórico metodológica, ético política e técnico operativa necessária para o exercício profissional do/a assistente social. Tal vertente traz á tona, também, a centralidade nas ações desses/as profissionais nas ações dos sujeitos sociais, por ela denominados de clientes, à luz da análise de estratos da perspectiva personalista e de temas que pretendem trazer aspectos da fenomenologia para sedimentar uma proposta teórico metodológica para o Serviço Social. Para além do distanciamento do que efetivamente caracteriza a fenomenologia como um movimento que tem diversas expressões, importa as contribuições das autoras cujas reflexões se inserem nesta proposta, inseri-las no contexto da neutralidade política que alude à idealidade de transformações sociais a partir de protagonismos atribuídos aos sujeitos sociais deslocados na materialidade em que se inscreve a relação entre singularidade, particularidade e universalidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.A. **Possibilidades e Limites da Teoria do Serviço Social**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.

CAPALBO, Creusa. Correntes Filosóficas e Serviço Social. **Coleções Temas Sociais**, Rio de Janeiro: CBCISS, Ano 18, n. 182, 1985.

_____. Algumas Considerações sobre a fenomenologia que podem Interessar o Serviço Social. In: **TEORIZAÇÃO do Serviço Social**. Rio de Janeiro: CBCISS-Agir, 1986.

_____. **Fenomenologia e Ciências Humanas**. Londrina: Editora UEL, 1996.

CARVALHO, Anésia de Souza. **Metodologia da Entrevista: Uma Abordagem Fenomenológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1991.

CBCISS. Anais do II Congresso Brasileiro de Serviço Social. Rio de Janeiro, 1961. 334

_____. Delimitação de Fins e Funções do Serviço Social. **Debates Sociais**, Rio de Janeiro: CBCISS, n. 36, p. 48-53, 1969.

_____. **Teorização do Serviço Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir - CBCISS, 1986.

CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS (CFAS). **Código de Ética Profissional**, 1975. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1975.pdf

CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS. CFESS. **RESOLUÇÃO CFESS Nº 569**, de 25 de março de 2010. CFESS, Brasília- DF. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/RES.CFESS_569-2010.pdf

_____. **Serviço Social e Reflexões Críticas sobre Práticas Terapêuticas**. Brasília, 2010. Disponível em : http://www.cfess.org.br/arquivos/doc_CFESS_Terapias_e_SS_2010.pdf
GUEDES, Olegna de Souza. **Interpretações do Humanismo no Serviço Social Brasileiro**. Tese de doutorado. PUC: São Paulo, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. **O Personalismo**. Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1964.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa, Ltda, 1987.

SCORSIN NETO, Leila; ESCORSSIM, Netto, Leila. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

PAVÃO, Ana Maria Braz. **O princípio de Autodeterminação no Serviço Social: Visão Fenomenológica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1981.